A economia Brasileira na década de 1990

Iryna Machado de Moraes

[Rosilei Schena Rique](http://qacademico.ifsul.edu.br/qacademico/index.asp?t=3081&COD_MATRICULA=152644)

[Thayanne da Silva Haigert](http://qacademico.ifsul.edu.br/qacademico/index.asp?t=3081&COD_MATRICULA=116456)

O Plano Real e a estabilização das taxas de inflação foram, sem dúvida, os principais eventos na seara econômica no decorrer da década de 90.

Para que se possa entender a dinâmica e a lógica por trás desse processo, faz-se necessário considerar as iniciativas e reformas promovidas pelo Estado a fim de reduzir a interferência estatal nos "mercados" e promover a competitividade na economia, que ocorrem com mais vigor a partir de 1990.

O Plano Collor I, cujo nome dado pelo governo foi Plano Brasil Novo, era, sobretudo, um plano anti-inflacionário. O Plano, diferentemente daqueles adotados na era Sarney, trazia uma nova abordagem das causas da inflação.

Fernando Collor era o presidente que tomou posse em 15 de Março de 1990, seu plano trazia uma nova abordagem das causas de inflação e tinha principal foco no campo monetário. O bloqueio dos haveres financeiros buscava solucionar três problemas: monetização e explosão de demanda, moeda indexada e crescimento e financiamento da divida interna.

A partir do diagnostico apresentado e seus efeitos sobre a inflação, foi concluído que era necessária a realização da reforma monetária que reduzisse a liquidez da economia e dotasse o banco central da capacidade de realizar politicas monetárias independentes, com isso foi editada a medida provisória n° 168, seguida transformada em Lei n° 8.024 de 12 de Abril de 1990 com algumas medidas dentre elas a substituição do cruzado novo ao cruzeiro e outras mais que o governo achava necessário. Essas medidas visavam eliminar pressões de consumo que surgiram a partir da transformação de ativos financeiros em demanda por bens e serviços e em ativos reais de risco. Pretendia também desindexar a economia na medida em que atacava a origem da moeda indexada.

De fato o governo atuou sobre o estoque da moeda indexada, em especial sobre o overnight (dívida de curtíssimo prazo), mas não atuou sobre o fluxo de novas aplicações financeiras.

A inflação continuou a acelerar e no ano seguinte 1991 chegou a 20,75%, diante desse cenário o governo optou por um segundo plano, que também não obteve sucesso. Ao desiquilíbrio fiscal foram somadas as expectativas negativas decorrente das instabilidades politicas, instabilidades essas que conduzirão ao impeachment do presidente Fernando Collor de Mello no segundo semestre de 1992.

Itamar Franco, seu vice-presidente assumiu a presidência com a ideia de fazer novo governo e a partir dai com Fernando Henrique Cardoso como ministro da fazenda inicia-se a preparação do Plano Real.

O Plano Real, apoiado no binômio “inflação zero déficit público zero”, surgiu então não para instabilizar a economia em defesa dos trabalhadores e dos pobres, desprotegidos diante da inflação, mas para atender basicamente aos imperativos desses capitais globalizados. O Plano Real atacou em três frentes: o equilíbrio orçamentário, a reforma do Estado e a reforma monetária. Esse ataque deu-se, por sua vez, em três etapas: ajuste fiscal, implantação da U.R.V, criação da nova moeda: o real.

Criou-se um “superindexador” de preços, a chamada unidade de referência de valor U.R.V, que permitia um realinhamento relativos de preços na antiga moeda (cruzeiro real) antes de substitui-la pela nova, o real. Desse modo, a nova moeda quando fosse implantada não seria contaminada pelos desalinhamentos relativos de preços da moeda velha.

A ideia era de que todos agentes econômicos ao estabelecer seu preço em U.R,V’s (ou dólares), promovessem os ajustes necessários em cruzeiros reais, quando esses ajustes se completassem e os preços em cruzeiros reais estivesses totalmente alinhados, a moeda antiga (o cruzeiro real) daria lugar a nova moeda (o real) por meio da conversão dos cruzeiros reais em U.R.V, a cotação vigente no dia da mudança. Desse modo a memoria inflacionaria morria com a velha moeda.

A Proposta inicial de ajuste fiscal baseava-se fundamentalmente na redução de despesas orçamentarias e nas flexibilização do orçamento geral da União, por meio do fundo social de emergência (F.S.E), depois transformado no fundo de instabilizarão fiscal (F.E.F), e na desvinculação de receitas da União (D.R.U).

No que diz respeito a reforma do Estado, o governo fixou-se em um primeiro momento nas reformas administrativas e da previdência social. A ideia era basicamente acabar com as aposentadorias especiais ou restringi-las, aumentar a contribuição dos serviços públicos ativos, institui-la para os inativos, estabelecer novas regras para desistitular as aposentadorias precoces por tempo de serviço dos trabalhadores do setor privado e definir um novo teto. Inferior ao então vigente. Parte dessas reformas foram realizadas no governo Fernando Henrique Cardoso e parte no governo Lula.

O Plano Real tinha um congênito. Por mais que se dissesse que as chamadas “reformas estruturais” dariam sustentabilidade ao Plano e que a “âncora cambial” (visa atrelar a moeda nacional a uma moeda estrangeira forte buscando a estabilização da moeda nacional) era apenas um truque inicial para reverter as expectativas inflacionarias, em todos os momentos em que a oferta internacional de dólar diminuiu, o reflexo na economia Brasileira foi imediato.

A transformação dos “superavitis” da balança comercial em déficits crescentes tornou patente que a única forma de fazer frente aos compromissos externos com base na oferta de juros cada vez mais elevadas, o que acabaria por colocar em dúvida a capacidade de esses Estados sustentarem, no médio prazo, o pagamento da dívida. O governo reagiu, elevando ainda mais as taxas de juros. Também reduziu o imposto sobre operações financeiras (I.O.F) para incentivar a entrada de capitais externos. Foram tomadas medidas para desestimular as importações e dentre elas, a elevação do imposto de importação. Em resposta a esse conjunto de medidas, a que se chegou a atribuir o nome de “REAL II” os capitais especulativos começaram a retornar ao Brasil e as reservas fecharam o ano de 1995 em 51,8 bilhões de dólares.

Em 1997, ocorreu a crise da Ásia, que provocou uma reação em cadeia. No Brasil o reflexo foi imediato, as reservas cambiais que naquele ano havia alcançado 63 bilhões de dólares, recuaram para 52 bilhões de dólares. O governo reafirmou seu compromisso com a âncora cambial e elevou a taxa de juros para 43% ao ano.

Anunciou em Novembro de 1997, o “pacote 51”, um conjunto de 51 medidas fiscais destinadas a gerar uma adicional nas contas públicas de 2,5 ai PIB. Dentre elas destacaram-se a demissão de 33 mil funcionários públicos não estáveis, a suspensão ao reajuste salarial do funcionalismo público e a elevação em 10% das alíquotas de imposto de renda da pessoa física. Essas medidas, mais a ajuda do FMI aos países Asiáticos, reverteram novamente as expectativas e os capitais especulativos voltaram ao Brasil.

A calmaria durou pouco, nos segundo semestre de 1998, estourou a crise da Rússia, que resultou na decretação da monetária por parte do governo daquele país e na desvalorização do rublo. Novamente, apavorados com a possibilidade de a crise estabelecer-se para outras economias dependentes, os capitais especulativos, nos quais se baseava a manutenção da âncora cambial do real bateram em retirada para aplicações mais seguras.

Quatro anos de instabilidade da moeda eram um triunfo de grande valor nas mãos do governo, mesmo à custa de um crescimento medíocre do PIB (média de 2,1% no período de 1994 a 1998) e uma disparada nas taxas de desemprego.

A sobrevida que o acordo com o FMI, deu a âncora cambial foi curta. Em Janeiro de 1999 o ataque especulativo contra o Real intensificou-se, o governo tentou resistir. Em pouco mais de uma semana, o banco central vendeu 3 bilhões de dólares na tentativa de sustentar a cotação do Real. Tentou manobrar para segurar o câmbio, modificando o sistema de bandas de flutuação, mas não conseguiu, e finalmente em 1999 o mercado impôs a flutuação do Real.

Diante das desvalorizações mensais de 0.6% que vinham ocorrendo no sistema de bandas cambiais, a desvalorização imediata de 8,26% significou, na prática, uma maxidesvalorização pondo fim a âncora cambial e ao próprio Plano Real, do ponto de vista de racionalidade. Os anos seguintes foram de sucessivas crises no balanço de pagamentos, levando o Brasil a recorrer ao FMI novamente me 2001.

Com o fim da âncora cambial, no segundo semestre de 1999 o governo migrou para o sistema de metas de inflação. Com a nova política cambial e a maxidesvalorização do Real, a inflação em 1999, para logo em seguida acomodar-se nos patamares anteriores a desvalorização.

A evolução das variáveis macroeconômicas ao longo de 100 anos de economia Brasileira foi marcada por fortes flutuações, bem como por tendências.

Deve-se destacar que Collor de Mello foi o único presidente na história do Brasil responsável por uma taxa média negativa de variação do PIB. No governo Fernando Henrique, a taxa média anual de crescimento do PIB, de 2,4% foi inferior a taxa média de todo século XX.

No Governo Fernando Henrique verificou-se uma taxa de desenvolvimento negativa, isto é, o Brasil andou para trás.

Não há outra saída que não seja a ruptura com o modelo Neoliberal fracassado, implementado por Fernando Henrique que levou a resultados lamentáveis. Em outros trabalhos já se apontou que o desempenho medíocre da economia Brasileira foi causa e, ao mesmo tempo, consequência da vulnerabilidade externa provocada pelo modelo Neoliberal.

Referências bibliográficas:

Gonçalves, R.  *Herança e ruptura*: cem anos de história econômica e propostas para
mudar o Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PIRES, M. C. Economia brasileira da colônia ao governo Lula. São Paulo, Saraiva, 2010.

SOARES, F. Economia Brasileira: Da Primeira República ao Plano Real. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.